

Falta de concorrência adia economia de mercado

HELIVAL RIOS

Apesar de todos os esforços alardeados pelo Governo, o Brasil continua muito distante de uma verdadeira economia de livre mercado, pois não existe uma situação de concorrência entre as empresas. Isto explica, em parte, a resistência da inflação em cair para níveis de um dígito.

Para romper toda uma prática viciosa entre as empresas, o Governo teria de assumir a liderança na reorganização do mercado, criando mecanismos que promovam a concorrência e inibam os conchavos. É preciso criar no Brasil uma cultura, entre empresários e consumidores, em torno da concorrência — conforme assinala estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que condena com veemência a forma como o Governo vem conduzindo o processo de modernização da economia.

O trabalho do Ipea, de autoria da economista Lúcia Helena Salgado, considera "doentio", do ponto de vista de uma economia de mercado, o funcionamento das câmaras setoriais tão acalentadas pela secretária nacional da Economia, Dorothea Werneck.

"O atual governo incluiu a política de concorrência no conjunto de medidas estruturais que adotou ainda em 1990. Entretanto, a efeti-

va implementação dessa política foi comprometida por uma série de fatores — entre os quais destacam-se o timing apressado e pouco criterioso do processo de liberação de preços, antes que se houvessem criado condições para as mudanças necessárias à estabilização do processo de formação de preços — e posteriormente pelo congelamento e reativação do esquema corporativo das câmaras setoriais, que vieram acrescentar parâmetros instabilizadores às decisões de formação de preços", diz o trabalho.

A criação da SNDE (Secretaria Nacional de Direito Econômico), vinculada ao Ministério da Justiça, foi determinada como modo de contrabalançar a concentração de poderes no Ministério da Economia e livrar o exercício da política antitruste dos vícios desenvolvidos pelo antigo CIP (Conselho Interministerial de Preços). No entanto, segundo Lúcia Helena Salgado, "a vacuidade do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), órgão que julga os processos de violação à concorrência, por quase dois anos, a precariedade de recursos humanos e operacionais e a desimportância conferida pelos titulares dos órgãos da área econômica ao tema, bem como a pouca disposição da SNDE para tomar a iniciativa de processos e conduzi-los às últimas consequências, não autorizam uma avaliação positiva da experiência brasileira neste assunto".



Consumidores e empresários ainda não demonstram uma "cultura da concorrência" que leve à modernização da economia

Sebastião Pedra